



Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça

ATA DE REUNIÃO

REUNIÃO CNJ E CNMP - SIRENEJUD

Data: 09 de outubro de 2024.

Horário: 11h às 12h30.

Local: Sala F-111 e Microsoft Teams.

Participantes:

- Conselheira Daniela Madeira
- Gabriel da Silveira Matos – Secretário de Estratégia e Projetos do CNJ
- Livia Cristina Marques Peres – Juíza Auxiliar da Presidência do CNJ
- Tarcila Santos Britto Gomes – Membro Auxiliar do CNMP e Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás
- Marcelo Moreira dos Santos – Membro Auxiliar da Ouvidoria Nacional do Ministério Público - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado Amapá (MP-AP)
- Gabriela Moreira de Azevedo Soares – Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ
- Felipe de Oliveira Antoniazzi – Pesquisador do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ
- Robison Vladenir Botelho Lucas Filho – Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD)
- Bruno Cezar Andrade de Souza – Coordenador da Secretaria de Estratégia e Projetos do CNJ

Equipe Técnica:

- Wilfredo Pacheco – Assessor-Chefe do Gabinete da Conselheira Daniela Madeira
- Márcia Bastos – Assessora do Gabinete da Conselheira Daniela Madeira

Resumo da Reunião:

A Dra. Tarcila Santos Britto Gomes mencionou a criação do aplicativo *Radar Ambiental* ([link](#)), que, em apenas 15 dias, já registrou cerca de 2 mil denúncias. O app permite a juntada da localização do usuário e de fotos para embasar o relato, cadastro detalhado, acompanhamento do status, interatividade com o Ministério Público (MP) e exibe um Mapa de Crimes Ambientais. As denúncias são processadas pela Ouvidoria Nacional do Ministério Público e encaminhadas ao Ministério Público local. Esta iniciativa faz parte do *Plano Estratégico Nacional de Atuação do MP no Combate aos Incêndios*, lançado em 18 de setembro.

A Dra. Tarcila também destacou os painéis de monitoramento do MP do Tocantins, como os *Painéis de Monitoramento do Desmatamento* ([link](#)), *das Queimadas* ([link](#)) e *da Gestão de Resíduos Sólidos* ([link](#)), bem como o *Painel BD Queimadas do INPE* ([link](#)) e o *Painel do Fogo* ([link](#)).

Ela ainda informou que o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) estabeleceu um Grupo de Trabalho para incluir arquivos em formato *Keyhole Markup Language* (KML) nos processos judiciais, mas a evolução foi limitada devido a divergências sobre o uso de polígonos. Além disso, destacou a necessidade de incentivo político-institucional para viabilizar a infraestrutura técnica que permita aos(as) promotores(as) incluir o documento em formato KML nas ações judiciais, além de enfatizar a importância do cruzamento de dados para aprimorar as investigações e o desenvolvimento das ações judiciais e inquéritos policiais.

O Dr. Marcelo Moreira dos Santos destacou a importância de cruzar, no mínimo, quatro bases de dados - INPE, SIGEF, SICAR e SINAFLORE - para obter informações relevantes em processos de danos ambientais. Ele enfatizou a necessidade de uma metodologia eficaz no cruzamento de dados e sugeriu a elaboração de um Plano de Trabalho para a inserção de documentos no KML nos processos judiciais já em tramitação e nos termos de ajustamento de conduta, a fim de reforçar a materialidade dos casos.

O Dr. Gabriel da Silveira Matos observou que o aplicativo *Radar Ambiental* possui uma funcionalidade semelhante ao aplicativo *Pardal da Justiça Eleitoral*. Ele destacou o sistema *Pantanal em Alerta* ([Pantanal em Alerta](#)) como um potencial complemento ao *SireneJud*. Além disso, mencionou o *Nasa Fire-Firms* ([Nasa Fire-Firms](#)), que usa múltiplos satélites e oferece dados atualizados, notificação por e-mail e histórico em horas e dias, além de permitir o mapeamento das áreas afetadas por danos ambientais.

A Conselheira Daniela Madeira destacou o uso do *SireneJud* como ferramenta essencial para promotores e juizes na formulação de denúncias e no julgamento de casos ambientais. Ela sugeriu um recorte focado na Amazônia Legal, com o objetivo de cruzar pelo menos quatro bases de dados para fornecer relatórios detalhados que auxiliem tanto promotores quanto juizes. Além disso, mencionou que os cartórios estão avançando na identificação e digitalização dos registros de imóveis através do *Mapa ONR Brasil* ([Mapa ONR Brasil](#)), que oferece diversas camadas informativas que podem enriquecer o *SireneJud*.

A Dra. Livia Cristina Marques Peres observou que a integração de diversas bases de dados na plataforma *SireneJud* pode apresentar desafios, já que a ferramenta foi inicialmente concebida para fornecer transparência e gestão sobre ações judiciais ambientais, tanto cíveis quanto criminais. Ela anunciou que, em breve, o *SireneJud* contará com uma nova funcionalidade para emitir documentos específicos com polígonos de áreas de dano ambiental no formato KML, destacando a necessidade de órgãos do MP pilotos para teste dessa funcionalidade.

O Assessor-Chefe Wilfredo Pacheco sugeriu uma revisão na Resolução conjunta entre o CNMP e o CNJ, além da Portaria Conjunta, para estabelecer uma estrutura de pessoal técnico mínimo necessária para subsidiar as atividades de georreferenciamento nos Tribunais e/ou nas unidades do Ministério Público brasileiro. Ele propôs que o cadastramento de documentos em formato KML nos processos judiciais fosse feito de forma escalonada, estabelecendo fases ou metas para facilitar a implementação e garantir uma adaptação progressiva das unidades judiciais a essa nova exigência técnica.

O Pesquisador Felipe de Oliveira Antoniazzi explicou que o uso de polígonos, em vez de pontos, no formato KML para documentar áreas de dano ambiental proporciona uma informação mais detalhada e relevante para análise. Ele detalhou que o *SireneJud* oferecerá a funcionalidade de criar arquivos KML, permitindo que os usuários localizem a área afetada, realizem detalhamentos (por ponto ou polígono, com possibilidade de edição de geometria) e cheguem a uma conclusão, assegurando assim uma documentação mais precisa e útil para os

processos judiciais ambientais.

Encaminhamentos:

Reunião Institucional nas datas possíveis de 21, 22 ou 23 de outubro de 2024: Organizar uma reunião com os Presidentes dos Tribunais de Justiça do Amapá, Rondônia e Amazonas, o Presidente do Tribunal Regional da 1ª Região, a Coordenadora da 4ª Câmara do Ministério Público Federal e os Procuradores-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados mencionados, além de representantes do CNJ e CNMP. O objetivo é apresentar a realização de projeto-piloto para o fomento da criação de documentos com os dados georreferenciados de dano ambiental em formato KML e inserção nos processos judiciais, o que se dará pela assinatura de um Protocolo de Intenções focado em danos ambientais; e

Reunião Técnica após a reunião institucional: Após o encontro institucional, será criado um grupo técnico para realização da força-tarefa de fomento ao envio dos dados georreferenciados.

Conselheira DANIELA PEREIRA MADEIRA

Presidente da Comissão Permanente de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA PEREIRA MADEIRA, CONSELHEIRO**, em 14/10/2024, às 14:14, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **1995244** e o código CRC **D0776FAC**.